

DEMANDAS E NECESSIDADES DE CONHECIMENTOS RELACIONADOS ÀS NORMAS IFRS, PELOS CONTADORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS – BRASIL

Vidigal Fernandes Martins¹

Mestre em Engenharia de Produção e Bacharel em Ciências Contábeis

Carlos Roberto Souza Carmo²

Mestre em Ciências Contábeis e Bacharel em Ciências Contábeis

Vicente Bruno Júnior³

Bacharelado em Ciências Contábeis

Resumo

O Brasil passa por um momento de grandes mudanças em termos de legislação e normas de procedimentos contábeis. Com o advento da Lei nº 11.638, em 28 de dezembro de 2007, iniciou-se o processo para a convergência contábil das normas brasileiras com as internacionais, obrigando a utilização por companhias de capital aberto e equiparado das IFRS (*Internacional Financial Reporting Standards*) para as demonstrações financeiras consolidadas a partir de 2010. Para que o processo de convergência acontecesse de forma adequada, foi instituído o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), este estabeleceu um plano de trabalho para o biênio 2008 a 2010, dando prioridade aos assuntos que foram objeto de alteração pela Lei nº 11.638/2007 (CPC, 2008). Diante desse contexto, o presente trabalho se propõe a diagnosticar as demandas por conhecimento relacionados às IFRS, no estado de Minas Gerais, Brasil. Para tanto foi realizado uma pesquisa com profissionais de contabilidade, residentes em 63 municípios mineiros. Entre outros achados, os resultados revelaram que, pelo grau de conhecimento dos participantes e pelas exigências acerca da necessidade de obtenção dos conhecimentos, dentre os profissionais respondentes, uma grande parte ainda carece de preparo técnico à luz das IFRS.

Palavras-chave: Brasil. Minas Gerais. Contadores. Nível de Conhecimento. Normas Internacionais de Contabilidade.

¹ Universidade Federal de Uberlândia, FACIC, Uberlândia-MG, vidigal@ufu.br

² Universidade Federal de Uberlândia, FACIC, Uberlândia-MG, carlosjj2004@hotmail.com

³ Universidade Federal de Uberlândia, FACIC, Uberlândia-MG, vbjrbruno@gmail.com

Abstract

Brazil is going through a time of great changes in legislation and standards of accounting procedures. With the enactment of Law No. 11,638, on 28 December 2007, began the process for accounting convergence of Brazilian and international standards, forcing the use by public companies and equated the IFRS (International Financial Reporting Standards) for the consolidated financial statements from 2010. For the convergence happen properly, the Accounting Pronouncements Committee (CPC) was established, this established a work plan for the 2008-2010 biennium, giving priority to matters that were subject to amendment by Law 11.638/2007 (CPC, 2008). Given this context, this paper aims to diagnose the demands for knowledge related to IFRS, in the state of Minas Gerais, Brazil. Therefore, we conducted a survey of accounting professionals, residing in 63 municipalities of Minas Gerais. Among other findings, the results revealed that the degree of knowledge of the participants and the requirements of the necessity of obtaining the knowledge, among the respondents professionals, much still needs technical preparation in the light of IFRS.

Keywords: Brazil. Minas Gerais. Professional Accounting. Level of Knowledge. International Accounting Standards.

1 INTRODUÇÃO

A qualificação profissional é um assunto que sempre compõe as exigências de mercado e frequentemente são expostos problemas causados devido a erros de incompetência técnica daqueles que detêm responsabilidades e decisões a tomar.

No âmbito da contabilidade não é diferente, isso tornou-se ainda mais relevante após as modificações introduzidas pela lei 11.638 de 2007 (BRASIL, 2007), que instituiu o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade no Brasil. Se até então a busca por qualificação profissional já era um assunto delicado, a mudança de conceitos e procedimentos trouxe um agravante a essa discussão, uma vez que são necessários esforços para capacitação segundo os preceitos das IFRS, o que pode atrapalhar muitos profissionais.

Considerando-se o processo de adequação às IFRS, o presente estudo tem por objetivo, avaliar a qualificação dos profissionais que se encontram no mercado à luz dos conhecimentos em IFRS.

O estudo caracteriza-se como exploratório, com abordagem quantitativa. O processo de obtenção dos dados foi realizado com auxílio da plataforma virtual Google Docs®, enviada para o endereço eletrônico de cada um dos respondentes. Para a análise foi utilizada a estatística descritiva, mediante a tabulação das frequências relativas às informações contidas no questionário que foi aplicados junto aos respondentes.

Acredita-se que a pesquisa em questão possa contribuir para o âmbito da contabilidade societária e contabilidade internacional, a partir da verificação empírica da qualidade dos profissionais que no mercado se encontram, com relação às IFRS e o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade.

O artigo em questão é constituído de 4 partes, além desta etapa introdutória. O referencial teórico (seção 2) aborda conceitos relacionados às mudanças globais e a dificuldade/exigência profissional de técnicas e conceitos em IFRS e os órgãos regulamentadores CPC, FASB e IASB. Na seção 3, apresentam-se os procedimentos metodológicos utilizados na elaboração deste estudo. A análise dos resultados é verificada sequencialmente ao método de pesquisa, na seção 4. E, por fim, verificam-se as considerações finais na seção 5.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A importância do tema se deve às mudanças existentes no cenário contábil global de forma geral. Órgãos mundiais discutem futuras parametrizações a serem estabelecidas, bem como mudanças na essência da atuação do profissional contábil, a fim de proporcionar às empresas maior estabilidade no mercado (IFRS, 2012). Escândalos corporativos, como o caso da empresa “Enron”, corroboraram para a construção da necessidade de melhorias, dessa forma, o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade se instaurou.(BARTH; LANDSMAN; LANG, 2008; IFRS, 2012; LIMA et al, 2010)

Com a mudança legislativa da Lei 11.638/2007 (BRASIL, 2007) e a globalização, a troca de informações entre mercados tornou-se um processo

extremamente rápido e de fácil acesso (SÖTHE; SCARPIN, 2010). Dessa forma, a aproximação de padrões contábeis entre diferentes países se fez necessária e foi evidente (SÖTHE; SCARPIN, 2010). Assim, no Brasil, criou-se o CPC, Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a fim de elaborar normas brasileiras de contabilidade que se associem as normas IFRS, conforme afirmado por Rech e Oliveira (2011). No ano de 2008, que marca o início do processo de convergência às normas internacionais, o CPC emitiu 14 pronunciamentos modificativos dos procedimentos e registro e elaboração das demonstrações (FOMORGONI; SILVA, 2010).

Contudo, segundo Cruz et al (2011), essa modificação não será facilmente absorvida pelas organizações, o que é complementar à visão de Tay e Parker (1990), em que, caso não sejam devidamente punidas, as empresas que não aplicarem as mudanças e os novos padrões, o processo de convergência será prejudicado.

Ainda assim, a falta de capacitação é notória e evidente pela por dos profissionais de contabilidade brasileiros, pois, em pesquisa realizada por Pretto e Silva (2011), foi constatado que cerca de apenas 40% dos profissionais de sua amostra de pesquisa conheciam de fato as IFRS's.

Apoiados em dados de outra investigação, Fonteles, Oliveira e Almeida (2011) afirmam que as principais razões que dificultam a não adequação contábil se devem ao regime legal que cada país possui, aos altos custos para a atualização e ao protecionismo trabalhista e contábil.

Com base em uma pesquisa realizada junto a docentes dos cursos de Ciências Contábeis, com relação à adequação internacional, Amaral, Costa e Campos (2010, p.130) afirmam: “de acordo com as respostas obtidas, foi constatada a plena necessidade de adequação, ou seja, de capacitação profissional com objetivo de minimizar o impacto referente à implantação das IFRS.”

Contudo, a despeito daquelas constatações empíricas, há de se considerar também que o tempo necessário para a atualização e convergência às normas internacionais não é um processo fácil tão pouco rápido (CARVALHO, 2004). Sendo que, a esse respeito, Martins e Lisboa (2005) alertam que adoção de padrões em

IFRS sem preparo prévio, pode prejudicar e muito os usuários da informação contábil.

2.1 CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis

De acordo com Söthe e Scarpin (2010), a evolução dos mercados globais contribuiu para o desenvolvimento e fortalecimento da contabilidade. O mesmo autor afirma ainda que, devido à mudança da Lei das Sociedades por Ações (Lei 11.638/2007), o (BRASIL, 2007) processo de adequação às normas internacionais de contabilidade se fez mais forte, e, foi nesse contexto que o CPC ganhou a responsabilidade de interpretar as IFRS/IAS e emitir normas próprias de forma a aproximar as normas contábeis nacionais daquelas normas internacionais, de acordo com as especificidades brasileiras (SÖTHE; SCARPIN, 2010).

O CPC é formado por elementos pertencentes a três categorias: profissionais da área acadêmica, profissionais governamentais, e profissionais da iniciativa privada. Historicamente, o CPC surgiu em função da abertura econômica brasileira, que fez com que empresas nacionais interagissem com maior frequência com empresas estrangeiras, inclusive com mercados de capitais e mercados financeiros de outros países, sendo que, seu objetivo principal é realizar a interpretação das normas internacionais e criar normas próprias aplicadas ao contexto brasileiro, de forma a promover a convergência internacional das normas contábeis no Brasil. (CPC, 2013).

Dessa forma é evidente a importância do CPC como órgão representativo mantenedor da qualidade informacional, pois, conforme afirmam Fernandes et al (2010), esse órgão é o maior responsável pelo processo de convergência no Brasil.

O processo de convergência não se dá apenas pela atuação evidente de um órgão de classe como o CPC, há de se considerar que a influência direta dos usuários da informação contábil pode influenciar o processo de convergência como um todo (MARTINS; LISBOA, 2005).

2.2 FASB e IASB

Segundo Meirelles Júnior (2009), existem basicamente duas principais divergências de ideias no processo de convergência a serem atribuídas ao FASB (EUA) e o IASB (Europa).

Consoante a observação de Meirelles Júnior (2009), Beuren e Klann (2008) agrupam as principais divergências entre o que preconizado pelo FASB (EUA) e o IASB (Europa), de acordo com cinco critérios: gastos com pesquisa e desenvolvimento; reavaliação de ativos; contabilização do leasing financeiro; contabilização do goodwill; e agrupamentos do Balanço Patrimonial. Sendo que, tais divergências são corroboradas por Niyama (2005) e Pricewaterhousecoopers (2006), conforme demonstrado Quadro 1.

Quadro 1 - Principais diferenças entre as IFRS e os US GAAP no reconhecimento e mensuração de elementos contábeis

Divergências	Reconhecimento e Mensuração
Gastos com pesquisa e desenvolvimento	IASB – geralmente reconhecidos como despesa do período. Ativados somente em casos específicos.
	FASB – todos os gastos com pesquisa e desenvolvimento devem ser levados a resultado de maneira imediata, sem exceções.
Reavaliação de Ativos	IASB – é admitida para alguns ativos específicos. O IAS 16 aceita a reavaliação como tratamento alternativo, para evitar a divergência material entre o custo e o respectivo valor econômico de mercado.
	FASB – proíbe qualquer tipo de reavaliação.
Contabilização do <i>leasing</i> financeiro	IASB – a essência deve prevalecer sobre a forma. O bem deve ser registrado pela arrendatária como ativo imobilizado em contrapartida a uma obrigação no passivo.
	FASB – segue a mesma linha do IASB, mas possui critérios definidos para caracterizar um <i>leasing</i> como financeiro. Nesse caso, o contrato deve ter pelo menos um desses requisitos: transferência de propriedade do bem para a arrendatária, valor de compra a preço de barganha, o prazo contratual deve ser superior a 75% da vida útil econômica do bem ou o valor presente dos pagamentos mínimos do <i>leasing</i> devem ser superiores a 90% do valor de mercado do bem arrendado na data de início da operação.
Contabilização do <i>Goodwill</i>	IASB – o <i>Goodwill</i> adquirido deve ser capitalizado como ativo e amortizado durante o prazo de vida útil, não superior a 20 anos. Caso se queira adotar um prazo superior a esse, deve ser realizado anualmente o teste de <i>impairment</i> . O <i>Goodwill</i> gerado internamente não pode ser capitalizado.
	FASB – deve ser capitalizado no ativo e realizado anualmente o teste de <i>impairment</i> , levando-se a resultado a diferença entre o valor do <i>goodwill</i> apurado e o efetivamente capitalizado.
Balanço Patrimonial	IFRS – não definem um formato específico, mas requerem segregação entre ativos e passivos correntes e não-correntes. A apresentação por ordem de liquidez somente é preferível quando apresentar informação mais confiável.
	US GAAP – podem apresentar um balanço classificado ou não. Os itens apresentados separadamente seguem geralmente uma ordem decrescente de liquidez.

Fonte: Adaptado de Niyama (2005, p. 55-83) e PricewaterhouseCoopers (2006, p. 12-25).

O FASB surgiu em 1973, a fim de emitir normas e procedimentos contábeis nos Estados Unidos da América (FASB, 2013, p. 1). Com relação à sua missão, a própria instituição assim define:

The mission of the FASB is to establish and improve standards of financial accounting and reporting that foster financial reporting by nongovernmental entities that provides decision-useful information to investors and other users of financial reports. That mission is accomplished through a comprehensive and independent process that encourages broad participation, objectively considers all stakeholder views, and is subject to oversight by the Financial Accounting Foundation's Board of Trustees (FASB, 2013, p. 1).

Dessa forma, segundo Dias Filho (2000), entende-se que o objetivo do FASB muito se assemelha ao objetivo principal da contabilidade, que é fornecer informações úteis ao processo de tomada de decisão. As normas emitidas pelo FASB são as FAS, que seguem rigidamente o padrão USGAAP.

Já o IASB (originalmente IASC), tem por objetivo desenvolver um único padrão contábil existente, com alta qualidade técnica, a fim de sustentar o processo de tomada de decisão (IASB, 2013). As normas emitidas pelo IASB são denominadas IFRS, as normas emitidas pelo IASC eram chamadas de IAS (DIAS FILHO, 2000).

De certa forma, o IASB e o FASB partilham de uma ideia comum, que favorece ao melhoramento da qualidade informacional e da decisão contábil (MACEDO et al, 2010). Hoje em dia, já existem alguns trabalhos sendo realizados conjuntamente entre os dois órgãos, contudo, o conflito de ideias que existe neste cenário é o grande obstáculo quando o assunto é convergência internacional.

Martins e Lisboa (2005) afirmam que o IASB e o FASB já discutem a necessidade de que os conjuntos de normas de ambos os órgãos sejam os mesmos. Contudo, a liderança do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade fica com o IASB, é o que afirmam Carmo, Ribeiro e Carvalho (2011). Ainda assim, o Brasil, busca amplicar a adoção das normas

emitidas pelo IASB em detrimento às do FASB (MARTINS; LISBOA, 2005). Dessa forma considera-se o IASB o grande responsável pelo processo de convergência das normas internacionais de contabilidade no mundo.

3 METODOLOGIA

Metodologicamente, este trabalho caracteriza-se por um estudo exploratório com abordagem qualitativa. Isso se dá devidas as características empíricas da mensuração da qualidade dos profissionais que se encontram no mercado.

Com relação à estratégia de pesquisa, foi utilizado o levantamento, que consiste na análise de indivíduos que possuam alguma determinada característica em comum a fim de evidenciar um comportamento para o qual se deseja conhecimento, isso por intermédio da interrogação direta (GIL, 2002). Para a análise dos dados utilizou-se a tabulação das frequências de respostas, como auxílio de estatísticas descritivas.

3.1 Elaboração do Questionário (Instrumento de Coleta de Dados)

Um questionário foi desenvolvido e aplicado a fim de colher informações que seriam úteis para o objetivo desta pesquisa. O questionário foi desenvolvido com 7 partes, em que cada uma das partes buscava selecionar determinado tipo de informação. Foram elaboradas perguntas e alocadas de modo segregado em que o respondente facilmente interpretasse. Um pré-teste foi aplicado a fim de verificar possíveis erros de elaboração de perguntas, o que de acordo com Marconi e Lakatos (1996) é de grande importância, pois nessa etapa são percebidas falhas de construção do questionário que podem inviabilizar ou distorcer a coleta de dados.

O questionário foi hospedado na plataforma Google Docs®, ao longo dos meses agosto, setembro e outubro de 2012. Para contactar os profissionais respondentes, foi enviado um e-mail a todos os contadores regularmente registrados no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Minas Gerais (CRC-MG), Brasil, no início de cada um dos meses em questão.

3.2 Amostra da Pesquisa

Com relação à amostra de pesquisa, os respondentes foram selecionados a partir da base de dados contendo os respectivos junto ao CRC-MG. Houve um convite que foi enviado para o endereço eletrônico de cada um dos respondentes pelo próprio CRC-MG. Os que participaram da amostra de pesquisa, assim fizeram, por vontade própria.

As informações coletadas foram tabuladas em tabelas com as informações contidas no questionário, comparativamente às frequências absolutas e relativas de cada dado.

Foram coletados no total, 171 questionários, de respondentes de diversos municípios situados no estado de Minas Gerais. Devida a limitação do número de respondentes tem-se conhecimento da não generalização dos resultados encontrados.

O software que foi utilizado para a elaboração das tabelas após a análise dos dados recolhidos dos questionários foi o Microsoft Excell®.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Ao iniciar a análise dos dados coletados nessa investigação, pôde-se observar que foram coletadas as respostas fornecidas por 171 respondentes, distribuídos em 62 municípios do estado de Minas Gerais. Sendo que, o perfil dos integrantes da amostra de pesquisa pode ser analisado a partir das informações resumidas na Tabela 1.

Tabela 1 - Perfil profissional dos integrantes da amostra de pesquisa

Descrição	Frequência absoluta	Frequência relativa
Contador com registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI)	11	6,4%
Contador sem registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI)	87	50,9%
Técnico em contabilidade	34	19,9%
Estudante	23	13,5%

Professor	16	9,4%
Total	171	100,0%

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa

As informações resumidas na Tabela 1, permitem observar que, na constituição da amostra, a grande maioria dos entrevistados não faz parte do grupo que detém Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI). Ainda segundo as informações evidenciadas na Tabela 1, o segundo grupo que mais aparece na composição dos respondentes é o de técnicos em contabilidade.

A evidenciação da quantidade dos estudantes pode denotar que os mesmos, embora ainda estejam na faculdade e não exerçam necessariamente a profissão, na etapa que se encontram, nos respectivos cursos, já demonstram interesse pela temática relacionada às IFRS. Por sua vez, os professores que aparecem na amostra de pesquisa, podem indicar se os profissionais que são responsáveis pela formação e qualificação profissional dos contadores de amanhã estão preparados para adequá-los à nova realidade e, principalmente, se estão ensinando corretamente seus alunos.

Tabela 2 - Área de atuação profissional dos integrantes da amostra de pesquisa

Descrição	Frequência absoluta	Frequência relativa
Contador de empresa privada (empregado)	63	36,8%
Empresário contábil com escritório cadastrado no CRC	34	19,9%
Profissional contábil sem escritório cadastrado no CRC	17	9,9%
Funcionário público	9	5,3%
Auditor/Consultor independente	10	5,8%
Docente/Pesquisador de Ciências Contábeis	15	8,8%
Outro	23	13,5%
Total	171	100,0%

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa

Quanto à atuação profissional dos participantes, conforme informações contidas na Tabela 2, pode-se observar que a grande maioria se encontra como colaborador de empresas privadas e em segundo lugar estão os empresários donos

de escritórios de contabilidade registrados no CRC. A quantidade amostral que menos aparece é a de funcionários públicos.

Com a evidenciação de contadores respondentes que trabalham em empresas privadas na situação de empregado, pode-se inferir que são interessados pelos conhecimentos em IFRS. E que mesmo já inseridos no mercado, procuram atualizar seus conhecimentos em IFRS.

O mesmo se faz valer para os empresários que possuem escritórios cadastrados no CRC, que se mostram interessados nos preceitos técnicos que envolvem as IFRS.

Quanto aos docentes e pesquisadores, poderá ser verificado, que mesmo que existam estudos e trabalhos que os profissionais dessas áreas constantemente elaboram, eles buscam atualizar seus conhecimentos segundo as IFRS.

Tabela 3 - Perfil das empresas e que atuam os integrantes da amostra de pesquisa

Descrição	Frequência absoluta	Frequência relativa
Companhia aberta	63	36,8%
Companhia fechada	34	19,9%
Empresa limitada	17	9,9%
Governo (municipal, estadual e federal)	9	5,3%
Terceiro setor	10	5,8%
Instituições de ensino e treinamento	15	8,8%
Prestadora de serviços contábeis/auditoria/consultoria	23	13,5%
Total	171	100,0%

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa

Com relação à Tabela 3, os dois grupos que mais aparecem são os respondentes que se enquadram no perfil de empresas que possuem capital aberto e fechado. O que pode ser verificado é que os entrevistados que fazem parte desse grupo é formado por profissionais que buscam atualizar seus conhecimentos a luz das IFRS. O mesmo se faz valer para os profissionais alocados nas companhias fechadas, que mostra que os profissionais que trabalham em empresas de capital fechado, estão interessados nos conhecimentos em IFRS.

O terceiro maior grupo de respondentes é formado, principalmente, por profissionais que estão no âmbito de prestação de serviços, mas, que não trabalhem diretamente com contabilidade e assim não necessitem necessariamente de uma atualização técnica sentem-se motivados à buscar esses conhecimentos.

As instituições de ensino pertencentes à quantidade amostral podem representar o grau de preparação que as mesmas se encontram para a formação de profissionais. Se elas buscam professores atuantes que estejam atualizados frente as IFRS e que valorizem a importância do assunto.

Tabela 4 - Auto avaliação acerca do atual do grau de conhecimento sobre as IFRS

Descrição	Frequência absoluta	Frequência relativa
Nenhum conhecimento	36	21,1%
Conhecimento básico - familiarizado com alguns conceitos	76	44,4%
Conhecimento intermediário- familiarizado com alguns requisitos específicos	44	25,7%
Conhecimento avançado - domínio da maioria dos requisitos específicos	15	8,8%
Total	171	100,0%

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa

A tabela 4 denota o grau de auto avaliação que os profissionais detêm em relação às IFRS e, ainda, se julgam válido dedicarem uma maior quantidade de tempo para atualizarem os conhecimentos.

Alguns profissionais dizem que não possuem nenhum conhecimento, isso de certo modo é preocupante, pois denota a desatualização que existe entre os profissionais que se encontram no mercado, que muitas vezes nem sabem que ocorreram mudanças importantes na conjuntura contábil global. Isso, obviamente influencia a qualidade dos serviços prestados.

A maior parte dos respondentes se encontra, segundo a avaliação do grau de conhecimento em IFRS, entre aqueles que se definiram como possuidores de conhecimentos básicos, familiarizados com alguns conceitos, isso mostra que da quantidade total da amostra de pesquisa quase metade dos respondentes afirmam

que possuem conhecimentos iniciais com detalhamentos técnicos e conceituais brandos.

Com os profissionais que se autodefiniram por conhecedores intermediários e avançados, pode-se verificar o grau de importância que os mesmos dão à atualização técnica e conceitual, que empiricamente são verificados na menor quantidade dos respondentes o que mostra que a menor parcela da quantidade entrevistada possui conhecimentos avançados a luz das IFRS.

Muitos profissionais não percebem a importância da dedicação de tempo para atualizarem seus conhecimentos frente às IFRS, na Tabela 5, foi descrito o nível que os profissionais respondentes avaliam que necessitam de acordo com o que já conhecem desse tema.

Tabela 5 - Auto avaliação acerca das necessidades de conhecimento relacionado às IFRS

Descrição	Frequência absoluta	Frequência relativa
Demanda conhecimentos integrais, pois, não conhece nada sobre IFRS	29	17,0%
Demanda conhecimentos básicos	25	14,6%
Demanda conhecimentos intermediários	34	19,9%
Demanda conhecimentos avançados	83	48,5%
Total	171	100,0%

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa

Os respondentes afirmam que precisam de conhecimentos integrais, devida o total desconhecimento que detém segundo a convergência às normas internacionais. Isso possivelmente se dá pela não exigência, por parte das empresas que estes profissionais estão alocados, de que seus profissionais estejam preparados e atualizados frente a uma realidade eminente e futura. Isso pode denotar a despreocupação de uma parcela das empresas que sequer reconhecem a necessidade de profissionais qualificados à nova conjuntura. Os que reconhecem a necessidade de conhecimentos básicos, de certa forma já estão sendo pressionados pelas empresas que atuam ou pelos serviços que desenvolvem, mas de forma branda que não exija tanta preparação do profissional.

Aqueles que se auto definem com necessidades de maior aquisição de conhecimentos intermediários e avançados em IFRS, provavelmente, estão alocados em uma parcela de profissionais que trabalham com empresas que exigem fortemente uma qualificação profissional que inclusive tenha a atualização às IFRS como parâmetros de qualidade dos serviços prestados.

Tabela 6 - Principais meios demandados para obtenção do conhecimento relacionado às IFRS

Descrição	Frequência absoluta	Frequência relativa
Seminários via internet	4	2,34%
Treinamento à distância com CD/DVD	9	5,26%
Treinamento à distância com grupos previamente agendados em aula on-line, com oportunidade de interagir com outros participantes virtualmente	3	1,75%
Treinamento à distância com livro tradicional	17	9,94%
Treinamento à distância on-line	21	12,28%
Treinamento presencial (classes formais ou conferências)	115	67,25%
Outros	2	1,17%
Total	171	100,00%

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa

As formas demandadas para atualização dos profissionais, pode resultar em algumas interpretação que serão levantadas a partir dos dados contidos na Tabela 6.

Contadores que definem como as principais formas para obtenção dos conhecimentos às IFRS, como sendo seminários via internet, possivelmente podem representar contadores que tem uma maior capacidade de atualização, devida a facilidade da utilização da ferramenta internet, que é uma das formas mais utilizadas para atualização técnica. Isso não pode ser evidenciado empiricamente, essa possível evidencia não pode ser comprovada pela pesquisa.

Já aqueles que buscam conhecimentos mais tradicionais frente às IFRS podem estar em desvantagem frente as mudanças de conjuntura frequentes que vem ocorrendo quanto às IFRS. Muitas vezes os livros se tornam desatualizados e

as palestras são periodicamente menos frequentes que uma pesquisa realizada pelo próprio profissional no âmbito de seu trabalho.

Tabela 7 - Principais desafios a serem enfrentados no processo de implementação das IFRS

Descrição	Frequência absoluta	Frequência relativa
Preparação/treinamento da equipe	96	26,89%
Atualização/mudança dos sistemas de TTI	61	17,09%
Atualização das políticas contábeis das empresas	106	29,69%
Os impactos em relação à percepção dos usuários em relação às informações contidas nas demonstrações contábeis	80	22,41%
Outros	14	3,92%
Total	357	100,00%

(a) uma vez que os respondentes puderam assinalar mais de uma alternativa, a frequência observada pode ser maior que o número total de respondentes (ou seja: 357>171)

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa

A Tabela 7 mostra o que os respondentes definiram como sendo os principais desafios no processo de implementação das IFRS.

Profissionais que afirmam que o principal desafio será a preparação e o treinamento da equipe observam a falta de motivação da parte de alguns profissionais do mercado em atualizar seus conhecimentos e ainda observam a quantidade de horas e o esforço necessário para a atualização técnica junto às IFRS.

Aqueles que afirmam que serão problemas relacionados às tecnologias da informação, observam a especificidade que existe na elaboração de um software, que exige um profissional que detenha conhecimento em TI e ainda em contabilidade, e que com a mudança da conjuntura tornar-se-á mais limitado o número de profissionais que conheça da parte processual do software e ainda esteja atualizado às IFRS.

Os que afirmam que será a política contábil exercida dentro das empresas, possivelmente observam gestões conservadoras e de extrema burocratização, o que está principalmente ao gestor da empresa, que caso ele perceba a necessidade de atualização de procedimentos e políticas contábeis haverá um investimento para

isso dentro da empresa, caso contrário a empresa poderá ser prejudicada inúmeras vezes até buscar essa atualização.

Os que afirmam impactos de percepção dos usuários possivelmente pensam nos acionistas, que muitas vezes não buscarão atualizações em IFRS necessárias à compreensão de DFP e por conseguinte análise e viabilidade de investimento. Isso poderá comprometer todo o processo de investimento. O que obviamente para esses investidores não é bom.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preparação profissional é um assunto muito discutido frente as modificações que vêm ocorrendo do mercado como um todo. Com a convergência das normas brasileiras de contabilidade às IFRS, a necessidade de profissionais qualificados e com preparação técnica torna-se de extrema importância. Contudo, embora haja exigências de profissionais bem preparados e qualificados, na realidade, o mercado muitas vezes ainda carece de muitos profissionais.

O presente estudo buscou discutir essa preparação frente à formação voltada para as IFRS, considerando 7 tipos de análises dos respondentes: (i) perfil dos integrantes da pesquisa; (ii) área de atuação; (iii) perfil das empresas que os integrantes trabalham; (iv) auto avaliação do grau de conhecimento em IFRS dos respondentes; (v) auto avaliação acerca das necessidades de conhecimentos em IFRS dos participantes; (vi) meios demandados para a atualização junto às IFRS; e, (vii) os principais desafios que serão enfrentados no processo de atualização.

Propõe-se em novos estudos ampliação do número de integrantes da amostra, a fim de proporcionar maiores análises e inferências dos resultados em uma escala maior, possivelmente nacional, com mais estados de aplicação do questionário.

De modo geral, percebe-se que pelo grau de conhecimento dos participantes e pela exigência acerca da necessidade de obtenção dos conhecimentos, pode-se

dizer que, dentre os profissionais respondentes, uma grande parte ainda carece de preparo técnico à luz das IFRS.

REFERÊNCIAS

AMARAL, M.; COSTA, C.; CAMPOS, F. Capacitação profissional: um estudo sobre a adoção das IFRS – normas internacionais de contabilidade – nas instituições particulares de ensino superior do ABC. **RC&C**, Curitiba, v. 2, p. 117-139, 2010.

BARTH, M. E.; LANDSMAN, W. R.; LANG, M. H. International accounting standards and accounting quality. **Journal of Accounting Research**, Chicago, v. 46, n. 3, p. 467-498, 2008.

BEUREN, I. M.; KLANN, R. C. Análise dos reflexos das divergências entre IFRS e US GAAP na evidenciação contábil de empresas inglesas listadas na LSE. In: Congresso USP Controladoria e Finanças, 8., 2008, São Paulo, **Anais...** São Paulo: USP Controladoria e Finanças, 2008. Disponível em: <www.congressosp.fipecafi.org/artigos82008/68.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2013.

BRASIL, **Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei n. 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm>. Acesso em: 11/02/2013.

CARMO, C. H. S.; RIBEIRO, A. M.; CARVALHO, L. N. G. Convergência de fato ou de direito? A influência do sistema jurídico na aceitação das normas internacionais para pequenas e médias empresas. **RC&F**, São Paulo, v. 22, n. 57, p. 242-262, 2011.

CARVALHO, L. N. **Uma só norma contábil**. Mercado de Capitais, São Paulo, p. 26-28, 2003.

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Conheça o CPC**, 2013. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/oque.htm>> Acesso em: 11 fev. 2013.

CRUZ, A. P. C.; MACHADO, E. A.; PEREIRA, A. F.; CARVALHO, L. N. Empresas brasileiras do novo mercado e suas práticas de evidenciação voluntária de informações por segmento. In: Congresso ANPCONT, 5., 2011, Vitória, **Anais...** São Paulo: ANPCONT, 2011. CD-ROM.

DIAS FILHO, J. M. A Linguagem utilizada na Evidenciação Contábil: uma análise de sua Compreensibilidade à luz da Teoria da Comunicação. **Caderno de Estudos**, São Paulo, v. 13, n. 24, p. 38-49, 2000.

FASB – Financial Accounting Standards Board. **Facts about FASB**. Disponível em: <<http://www.fasb.org/jsp/FASB/Page/SectionPage&cid=1176154526495>> Acesso em: 11/02/2013.

FERNANDES, B. V. R.; LIMA, D. H. S.; VIEIRA, E. T.; NIYAMA, J. K. Investigação empírica da percepção dos docentes dos cursos de graduação em Ciências Contábeis sobre a função e a atuação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. In: Congresso USP Controladoria e Finanças, 10., 2010, São Paulo, **Anais...** São Paulo: USP Controladoria e Finanças, 8., 2008, CD-ROM.

FONTELES, I. V.; OLIVEIRA, M. C.; ALMEIDA, S. R. Medidas adotadas pelas IFES brasileiras visando a qualificação docente e a adequação de conteúdos com as novas práticas contábeis. In: Congresso USP de Iniciação Científica, 8., 2011, São Paulo, **Anais...** São Paulo: USP Iniciação Científica, 2011. CD-ROM.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IFRS – International Financial Reporting Standards. **About the IFRS Foundation and the IASB**. Disponível em: <<http://www.ifrs.org/The-organisation/Pages/IFRS-Foundation-and-the-IASB.aspx>> Acesso em: 01/02/2013.

LIMA, V. S.; LIMA, G. A. S. F.; LIMA, I. S.; CARVALHO, L. N. G. Determinantes da Convergência aos Padrões Internacionais no Brasil. In: Congresso ANPCONT, 4., 2010, Natal, **Anais...** São Paulo: ANPCONT, 2010. CD-ROM.

MACEDO, M. A. S.; MACHADO, M. A. V.; MURCIA, F. D. R.; MACHADO, M. R. Análise do impacto da substituição da doar pela dfc: um estudo sob a perspectiva do value-relevance. In: Congresso ANPCONT, 4., 2010, Natal, **Anais...** São Paulo: ANPCONT, 2010. CD-ROM.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARTINS, E.; LISBOA, L. P. Ensaio sobre cultura, e diversidade contábil. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, v. 152, p. 51-68, 2000.

MEIRELLES JÚNIOR, J. C. Harmonização das normas internacionais de contabilidade. In: SEGET, 6., 2009, Resende. **Anais...** Resende: SEGET, 2009. Disponível em:

<www.aedb.br/seget/artigos09/58_HARMONIZACAO_DAS_NORMAS_INTERNACIONAIS_DE_CONTABILIDADE.pdf> Acesso em 11 fev 2013.

NIYAMA, J. K. **Contabilidade internacional**. São Paulo: Atlas, 2005.

PRETTO, A.; SILVA, L. M. **O perfil profissional contábil do século XXI e sua adaptação às IFRS**. 2011. 22f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

PRICEWATERHOUSECOOPERS (PWC). **Semelhanças e diferenças IFRS x US GAAP x práticas contábeis adotadas no Brasil, 2006**. Disponível em: <<http://www.pwc.com.br>>. Acesso em: 12/02/2013.

RECH, I. J.; OLIVEIRA, K. G. Análise da aplicação da CPC 29 e IAS 41 aos ativos biológicos no setor de silvicultura. In: Congresso ANPCONT, 5., 2011, Vitória, **Anais...** São Paulo: ANPCONT, 2011. CD-ROM.

SÖTHER, A.; SCARPIN, J. E. Implementação do regime de competência no setor público: impactos na estrutura patrimonial dos governos municipais da microrregião de São Miguel do Oeste-SC. In: Congresso ANPCONT, 4., 2010, Natal, **Anais...** São Paulo: ANPCONT, 2010. CD-ROM.

TAY, J. S. W.; PARKER, R. H. Measuring International Harmonization and Standardization. **Abacus**, Sydney, v. 26, p. 71–88, 1990.